

COLUNAS DE AUTOCORREÇÃO GRAMATICAL

André Nemi Conforte (UERJ)

Felipe de Andrade Constancio (UERJ)

felipe.lettras.ac@gmail.com

RESUMO

Não obstante toda a discussão feita em torno da existência polarizada de um possível português brasileiro, volta e meia surgem iniciativas que, à força, trazem à tona a noção de certo ou de errado na língua portuguesa: pode ser a iniciativa dos manuais de redação e de estilo, pode ser a iniciativa dos “consultórios gramaticais” que proliferam pelas mídias... estes variados instrumentos, *grosso modo*, têm um caráter coercitivo, na medida em que ditam não só a maneira como escritores consagrados devem escrever como também a maneira como os usuários comuns da língua devem se comportar. Este trabalho, nesse sentido, é mais um esforço investigativo que, na linha de exploração da linguagem prescritivista (os columnistas de autocorreção, às vezes, parecem médicos), procura não apenas atacar as sugestões (ou imposições?) desses columnistas, mas também demonstrar o engessamento de suas sugestões. Nesse percurso crítico, exploraremos os tópicos de regência verbal sugeridos por esses consultores gramaticais.

Palavras-chave: Normatividade. Normalidade. Língua.

1. Considerações iniciais

Por que o certo e o errado são fatores utilizados para validar uma língua? No caso da língua portuguesa, por que não conseguimos achar um certo valor, menos pejorativo, para as nossas manifestações de falantes e escritores? Talvez as respostas para estas questões não sejam tão fáceis de se encontrar.

Nosso contato com os veículos de comunicação, como jornais e revistas, tem trazido a reflexão necessária para entender os julgamentos que se fazem em torno da língua portuguesa. Recentemente, tivemos acesso às colunas de autocorreção gramatical, uma espécie de consultório gramatical para o “bem falar” e “bem escrever” o português. Este trabalho surge para tentar compreender a intervenção desses consultórios.

Em um primeiro momento, trazemos posicionamentos distintos a respeito da validade das colunas de autocorreção gramatical produzidas por jornais de ampla circulação nacional. Neste tópico do trabalho, fica evidente que essas colunas nascem em um momento importante para as mídias impressas e virtuais de comunicação no mercado editorial brasi-

leiro. As colunas são, de certa forma, o termômetro entre que se escreve nessas mídias e a possível aceitação dos leitores e consulentes.

Na segunda seção deste trabalho, buscamos a diferenciação recorrente, mas necessária, entre a norma culta e a norma padrão. Entre as duas normas, parece haver, no caso do português brasileiro, uma certa disparidade, na medida em que o padrão se distancia daquilo que deveria ser uma norma, cuja recorrência manifesta-se nos textos jornalísticos e, por que não, literários no português contemporâneo.

Investe-se, ainda, na terceira seção, na diferenciação entre a normalidade e a normatividade linguísticas. Aqui, nosso interesse reside no fato de que muitos são os trabalhos que já dão conta de usos linguísticos frequentes e documentados no português do Brasil.

Em um último momento, tratamos do tópico gramatical *regência verbal* na coluna de autocorreção gramatical do jornal *O Globo*. Traçamos, brevemente, um panorama estrutural desse tipo de coluna para depois observar as intervenções que o consultor gramatical opera em nível de recorte e de sugestão textual.

2. *Consultórios gramaticais*

Não é atual o processo de embate entre os veículos de comunicação e a língua. A polarização entre essas duas áreas do saber ganha corpo nas discussões sobre o certo e o errado materializados nas questões, sempre recicladas, sobre gramática. Os consultórios gramaticais volta e meia proliferam nas mídias, impressas ou digitais, e passam a ministrar os chamados “comandos paragramaticais”.

Tentando compreender as intervenções que os comandos paragramaticais trazem no âmbito dos setores de comunicação e de linguagem, Marcos Bagno (2001, p. 67) assim define-os:

Os comandos paragramaticais são, em sua forma “clássica”, livros destinados ao público em geral, escritos por autoproclamados ‘defensores da língua portuguesa’ que investem contra os “erros comuns”, a “invasão de estrangeirismos”, a “ruína do idioma de Camões”, a “pobreza da língua da atual geração” e outros supostos “males” igualmente graves.

Ainda segundo Bagno (2001, p. 70), os comandos paragramaticais seriam reforçados com a produção em larga escala dos chamados manuais de redação e estilo. Por serem produzidos por veículos de comunicação – como o jornal *O Estado de São Paulo*, que edita o *Manual de Re-*

dação e Estilo (1990) – e por manifestarem nitidamente um compromisso com a língua escrita padrão, esses comandos ganhariam força em produção editorial, na medida em que oferecem ao público leitor saídas imediatas para o problema frequente da manifestação escrita da língua portuguesa.

Uma breve consulta ao “anexo gramatical” do *Manual da redação* do jornal *Folha de São Paulo* (2015, p. 122) oferece-nos um uso rechaçado da preposição *a*, como no exemplo “A TV é *em cores*, não *a cores*”. Como aponta Marcos Bagno (*op. cit.*), esta seria uma prototípica forma de intervenção de um manual que preconiza o correto uso da língua, de modo a oferecer ao consulente uma solução imediata para um uso da língua padrão.

Em linhas gerais, a estrutura dos tópicos veiculados por esses manuais de redação e estilo (geralmente verbetes, quadros, exemplos) de comandos paragramaticais materializam-se em noções como “em vez de... use...”, “em lugar de... opte por...” ou, simplesmente, “use”. De acordo com Marcos Bagno (*op. cit.*), esses textos são escritos por profissionais que, às vezes, não têm formação adequada de profissional de Letras, mas interferem sobremaneira no modo como os leitores passarão a redigir seus textos pautando-se numa suposta segurança passada por receitas de bons redatores de jornais de ampla circulação urbana.

Posicionamento distinto é o de Evanildo Bechara (2003, p. 94), para quem os “consultórios gramaticais” são uma fonte de apreensão do saber pelo usuário da língua que, à mercê das dúvidas de qual padrão seguir, vê-se convidado à consulta frequente dos manuais e dos instrumentos (dicionários, gramáticas e recursos midiáticos) por meio dos quais o falante/escritor vale-se em momentos de dificuldade (a pronúncia de um vocábulo, a escrita, o uso de modo geral vinculado à norma padrão do português).

Mais uma vez, nesta seção, temos ressaltado a importância dos chamados consultórios gramaticais, isto é, de colunas de jornais e revistas que, ou respondendo às perguntas que lhes são dirigidas, ou propondo aspectos de língua em que geralmente o falante ou escritor tem dúvidas, cumprem o honroso dever de salvaguardar a unidade e os valores da língua exemplar, veículo da cultura de uma comunidade linguística. (BECHARA, 2003, p. 94-95)

Por escrever em uma revista de ampla circulação entre especialistas em língua portuguesa (*Na Ponta da Língua*, editada pelo Centro de Estudos de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português), Evanildo Bechara (*op. cit.*) sugere que o papel dos chamados consultórios gramati-

cais, ates de ser um instrumento opressor do idioma, é o de permitir ao usuário um caminho linguístico pavimentado pelas dicas, explicações e fundamentações dadas por especialistas comprometidos com as mais variadas vertentes da língua (planos fonológico, morfológico, sintático e semântico).

Buscando o caminho inverso ao das polarizações teóricas, nosso intuito neste trabalho é percorrer a trilha crítica de um consultório gramatical específico, a saber: a coluna de autocorreção gramatical do jornal *O Globo*, mais especificamente as sugestões semanais acerca do padrão formal focalizado na regência de alguns verbos.

Nosso interesse pela manifestação linguística (regência verbal) explorada com frequência por esta coluna de autocorreção gramatical deve-se a dois fatores: i) a frequência de uso de alguns verbos que insistentemente recaem no desvio sugerido pelo corretor; ii) a relevância que o tópico gramatical regência verbal tem na linha teórica – o português do Brasil.

Enfocar, portanto, a manifestação linguística do conteúdo regencial no uso de certos verbos no português brasileiro pode levar-nos a adentrar algumas veredas para a discussão acerca da validade ou da ineficiência das colunas de correção gramatical, uma vez que este tipo de “serviço” pode ou conduzir a um caminho de reflexão pelo usuário da língua, ou levá-lo a certos usos ditos anacrônicos.

À maneira das pesquisas empreendidas pelo Projeto NURC (Norma Urbana Culta), nossa investigação reside no fato de que há usuários da língua portuguesa que estão nos centros urbanos e que dispõem de uma norma culta no trato diário com a língua. O trabalho ora produzido, diferentemente do que foi proposto pelo Projeto NURC – pelo trabalho denso com a variedade falada do português – busca enfatizar o *continuum* operado entre a norma culta e a chamada norma padrão na coluna de autocorreção do jornal *O Globo*. Para tanto, há a necessidade de uma diferenciação mínima entre o que seja norma culta e o que seja norma padrão. Vamos à diferenciação.

3. Norma culta e norma padrão na língua portuguesa

As colunas de correção gramatical, sem sombra de dúvida, preconizam uma variedade do português, a norma padrão. O problema em exame reside no fato de que essa norma tem vinculada a si a chama nor-

ma culta. Mas o que ambas têm em comum então? Em que âmbito se distinguem?

Procurando traçar respostas coerentes para estas indagações, recorreremos ao trabalho de Carlos Alberto Faraco (2008, p. 73), no qual se encontram algumas explicações para a distância que há entre a chamada norma culta e a norma padrão na sociedade brasileira. Algumas dessas explicações são: a norma culta é dominada basicamente por usuários letrados da língua portuguesa e a norma padrão seria idealizada por ser difícil a sua homogeneização em um território linguístico vasto como o brasileiro.

Vejamos o que diz Carlos Alberto Faraco (2008, p. 73):

Enquanto a norma culta/comum/standard é a expressão viva de certos segmentos sociais em determinadas situações, a norma padrão é uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialetação, a projetos políticos de uniformização linguística.

A “uniformização” de que fala o autor esbarraria no entrave cultural da baixa escolarização da sociedade brasileira, uma vez que nem todos têm acesso à educação formal e, portanto, não adquiririam o pleno domínio de um português culto – falado e escrito por pessoas que estão nos centros urbanos e que têm acesso aos bens culturais de uma elite intelectual. Decorre daí, *grosso modo*, a baixa apreensão, segundo o autor, de um português culto.

Nesse sentido, o português culto estaria assim vinculado a fatores de ordem social, portanto, fatores extralinguísticos complexos cujo produto não pode ser o português contemporâneo supostamente idealizado, mas o português forjado no caminhar da evolução da língua em território nacional. Nessa caminhada, temos de considerar, conforme Carlos Alberto Faraco (*op. cit.*) sugere, o domínio português durante os séculos de colonização, as intervenções das línguas indígenas e africanas nesse processo de colonização e, sobretudo, a falta de educação formal durante boa parte de nossa história nacional.

Em meio a toda essa influência extralinguística, a norma padrão surge quase sempre na história do português dito brasileiro muito distante do que se convencionou chamar norma culta. Essa distância é resultado das polaridades que há entre uma língua (a língua culta) e outra (a língua padrão). Pelo fato de a língua padrão ser um modelo idealizado de projeto de nação, ela distancia-se, no processo de manifestação linguística do

usuário, do que realmente poderia ser considerado normalidade dentro do quadro fonológico, lexical e sintático do português peculiar do Brasil.

Além de criar disparidades sociais, econômicas, políticas e de toda ordem, a distância entre a língua padrão e a língua culta cria um mito nacional em torno das concepções de certo e errado na língua. Como não compreende com clareza a polaridade culto *versus* padrão, o falante/escritor tende a pejar os usos que, por exemplo, já estão consagrados no estilo de usuários competentes no manejo da língua, registrados em veículos de comunicação de ampla divulgação, como os jornais.

Carlos Alberto Faraco (2008, p. 85) aponta algumas saídas para encurtar o suposto distanciamento que há entre o português culto – da normalidade linguística – e o português padrão – da normatividade linguística:

Fica evidenciado, assim, que o Brasil passa muito bem sem uma norma padrão para a pronúncia: ela não se mostra nem necessária, nem conveniente. A própria dinâmica sócio-histórica, atropelando todos os esforços intencionais de padronização, definiu certa pronúncia preferencial para o teatro, o canto e os meios de comunicação social.

Precisaria o país de uma norma padrão escrita? Parece óbvio que necessitamos de uma grafia padrão (...).

Não bastaria deixar que as variedades cultas/comuns/standard sejam nossa referência? Ou, em outras palavras, não bastaria deixar que o normal culto seja o normativo para a fala e para a escrita cultas?

Esta iniciativa – aproximar o português culto do português padrão – já foi empreendida pelo projeto NURC (Norma Urbana Culta) nas décadas de 1980 e 1990. O principal interesse do projeto NURC residia, dessa forma, na coleta de textos orais de brasileiros escolarizados e localizados em centros urbanos de prestígio, para a formação de inquérito mínimo desse português culto.

Como herança do projeto NURC, muitos fenômenos do chamado português culto contemporâneo passaram de um mero uso discriminado a um uso efetivo e registrado na língua escrita. Vale lembrar a particularidade, por exemplo, dos casos de concordância verbal em que o falante/escritor não flexiona o núcleo verbal com o núcleo do sintagma nominal partitivo (a maioria dos... + verbo no singular ou no plural), uma vez que pode, por atratividade, flexionar o verbo a partir de sua escolha gramático-lexical.

Uma manifestação linguística, tratada mais à frente neste trabalho, diz respeito aos casos de regência verbal em que o falante/escritor opta por uma ou outra forma de seleção argumental (complemento do verbo) e não compromete o processo de comunicação, se se considerar a língua culta. Caso muito frequente de um uso desta natureza está, por exemplo, na seleção do verbo “assistir”, que contrariamente ao que é preconizado pela língua padrão, pode assumir um argumento sem preposição (assistir o jogo, a peça, a novela).

Nosso posicionamento em relação ao *continuum* que há entre a norma culta e a norma padrão ancora-se, portanto, nos pressupostos de Carlos Alberto Faraco (2008), para quem fica evidente o movimento da normalidade linguística do português culto, sobretudo, o português culto escrito, objeto de investigação aqui.

4. *Normatividade e normalidade linguística*

Como este trabalho investiga a intervenção, por vezes arbitrária, dos consultores gramaticais na linguagem jornalística, vale destacar que esse domínio discursivo tem sido apontado por muitos linguistas como um possível veículo de norma culta do português do Brasil.

O trabalho de Carlos Eduardo Falcão Uchôa (2016, p. 73-74) aponta um direcionamento neste sentido:

Defendo, desta maneira, a posição, já manifestada por vários linguistas brasileiros, de se voltar para outro tipo de textos, para documentar o português-padrão escrito do Brasil: os da linguagem técnica, acadêmica e jornalística, presentes, por exemplo, em livros científicos, em ensaios universitários, em editoriais de jornais e de revistas de grande circulação ou em artigos assinados sobre temas diversos. Teremos, então, inegavelmente, um corpus com uma grande uniformidade gramatical, um português-padrão altamente homogêneo em todo o país, que contará também com as obras literárias que sigam este padrão.

Não obstante toda arbitrariedade que a descrição de uma norma padrão gerou nestes últimos séculos, vale lembrar que os centros acadêmicos de pesquisa linguística de ponta no Brasil têm investido na descrição desse português mencionado por Carlos Eduardo Falcão Uchôa (*op. cit.*). São obras como gramáticas, compêndios, manuais, artigos, ensaios etc. cujo papel investe nesta premissa: não faz mais sentido exigir uma regência, uma concordância verbal, uma colocação pronominal artificializadas, que não comportam a nossa identidade cultural em meio a uma lusofonia tão particular.

Muitas são as obras recentes que dão conta dessa linguagem culta nos registros mencionados por Carlos Eduardo Falcão Uchôa (*op. cit.*). Uma delas é a *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos de Azeredo (2011, p. 25), em que se recorta logo nas páginas iniciais o português descrito: “o objeto desta gramática é a variedade padrão escrita do português em uso no Brasil”. O autor recorta essa descrição considerando-se o português do Romantismo (portanto, do século XIX) até os nossos dias, de modo a apontar em *corpus* jornalístico a frequência de certos usos.

Entendemos que a intervenção dos consultores gramaticais em colunas de autocorreção gramatical insiste em afastar esse português culto, preconizado por estudos consistentes sobre o português do Brasil, e o dito português padrão. Por vezes, as colunas de autocorreção, como se verá a seguir, ditam um padrão idealizado e pouco usado por escritores que estão em centros urbanos de prestígio, cuja escrita sofre, inevitavelmente, a influência da escola e dos instrumentos de escolarização tais como a leitura e a escrita diárias.

Neste sentido, não queremos questionar, por exemplo, as correções decorrentes de problemas ortográficos ou de editoração, inevitáveis na prática da escrita diária. Nossa crítica incide basicamente sobre a intervenção dos consultores gramaticais em certos usos de concordância verbal, colocação pronominal e regência verbal. Nossa breve consideração recairá, portanto, na regência verbal.

5. Regência verbal nas colunas de autocorreção gramatical

A regência verbal tem sido frequentemente estudada pelos especialistas que se dedicam ao português culto falado ou escrito no Brasil. De acordo com vertentes diferenciadas, a regência recebe os seguintes tratamentos:

Em geral, as palavras de uma oração são interdependentes, isto é, relacionam-se entre si para formar um todo significativo.

Essa relação necessária que se estabelece entre duas palavras, uma das quais serve de complemento a outra, é o que se chama *regência*. A palavra dependente denomina-se *regida*, e o termo a que ela se subordina, *regente*. (CUNHA & CINTRA, 2008, p. 530)

A relação de dependência que existe entre o núcleo de um sintagma e os seus complementos é captada na gramática tradicional pela noção de *regência*. Nesta relação, o núcleo do sintagma (no caso em discussão, o verbo pleno) é a

categoria regente e os complementos selecionados por esse núcleo constituem as categorias regidas. (RAPOSO, 2013, p. 1160)

Os exemplos permitem compreender que os usos variados das regências nos dias atuais acontecem por vários motivos. Um desses motivos é o fato de toda língua passar por modificações, prova viva da dinamicidade inerente a todo sistema linguístico e que não pode ser desconsiderada nem pela sociedade nem pela escola. (PEREIRA et al., 2014, p. 208)

Os dois primeiros trechos que dão conta da descrição da regência verbal parecem convergir em relação à necessidade de dois termos (um deles o verbo) assumirem os papéis de termo regente e de termo regido, respectivamente. A única descrição que parece destoar das outras é a terceira. E há uma razão: o trabalho de Ana Dilma de Almeida Pereira et al. (*op. cit.*) é um dos poucos que tenta dar conta de uma manifestação regencial, considerando-se a chamada norma culta. A autora aborda um assunto ainda bastante tímido no português brasileiro: a ocorrência da preposição entre os termos mencionados acima (entre o verbo e o seu possível complemento).

Em um quadro bastante elucidativo, Ana Dilma de Almeida Pereira et al. (2014, p. 207-208) secciona duas manifestações linguísticas – a norma culta contemporânea e a norma padrão tradicional – para evidenciar as distâncias que existem entre os registros que convivem no cenário da educação linguística brasileira. Uma dessas convivências está, por exemplo, no uso do verbo “agradecer”, em que de um lado fala-se e documenta-se o registro “agradecer alguém” e, de outro, preconiza-se (prescreve-se) a manifestação linguística “agradecer a alguém”.

Qual desses usos é o mais correto? Apenas um deles manifesta-se em língua escrita? Segundo a autora, os dois coexistem e o dois são empregados, às vezes indistintamente, em textos escritos, por pessoas escolarizadas e com um conhecimento linguístico cerceado pela escola, por meio de instrumentos tais como gramáticas e dicionários. A coexistência de ambos os registros parece ser a saída que a autora dá para o problema da seleção e do apagamento da preposição nos dois usos.

Ao longo desses seis primeiros meses do ano de 2017, tivemos acesso a um *corpus* mínimo de colunas de autocorreção gramatical, fornecidas pelo professor do Instituto de Letras da UERJ, André Nemi Conforte, na disciplina de mestrado “O português do Brasil”. Portanto, as considerações que tecemos sobre o tema das colunas de autocorreção foram já empreendidas por André Nemi Conforte (2016) no projeto “A crí-

tica da autocrítica: uma análise da autocorreção linguística do jornal *O Globo* à luz do conceito de Norma Padrão”, fomentado pela UERJ.

Uma dessas colunas que chegou ao nosso conhecimento foi a do jornal *O Globo*, cuja estrutura reproduzimos abaixo na forma de dois exemplos:

1) “Assédio”. “Não acredito que agora eu vou ter que *assistir ator* atorando agora”. Erro de regência. Certo: “Não acredito que agora eu vou ter que *assistir a ator* atorando agora. Melhor: “Não acredito que *agora* eu vou ter que assistir a ator atorando...”

2) “Arrestos podem levar Estado a atrasar pagamento da Segurança”. “...autorização para *pagar os servidores* remanescentes com arresto...” Erro de regência. Certo: “...autorização para *pagar aos servidores*...”

As colunas de autocorreção tornam-se, neste sentido, um gênero textual. Sua organização estrutural ancora-se no formato sequencial registro extraído do jornal, destaque do suposto “erro gramatical” e, conseqüentemente, a intervenção do corretor. Observe-se que há modos distintos de esse corretor intervir.

No exemplo 1), para corrigir o suposto desvio padrão na regência do verbo “assistir”, o corretor opta pela forma “melhor”, mais sugestiva, portanto. No exemplo 2), o mesmo corretor opta pela forma “certo” para iniciar a sua intervenção gramatical (ou gramatiqueira, reciosista?). Os dois casos, tanto o registro culto de “assistir” quanto o registro culto de “pagar”, são rechaçados pelo consultor gramatical. Pergunta-se: estariam esses usos distantes do chamado português culto contemporâneo?

As colunas de autocorreção gramatical, como estas que acabamos de observar, comportam-se, em linhas gerais, como um *Appendix Probi*, um registro que rechaça outros registros. Uma forma de conceber a língua como um objeto estático. São a materialização da grande distância que se evidencia entre o português culto (“assistir ator” e “pagar servidores”) e o que se prescreve numa suposta língua padrão (“assistir a ator” e “pagar aos servidores”). Deste modo, as colunas funcionam em alguns casos como “freios” para o que, inevitavelmente, está em constante mudança, a língua.

Em alguns casos, como temos visto, as colunas são um completo desserviço ao veículo de comunicação, no caso específico dos jornais, uma vez que intervêm na língua escrita de articulistas que já consagraram certos usos de regência verbal, a começar por verbos como o próprio “assistir” e outros como “agradecer” etc. Em linhas gerais, esses verbos já

assumem, no português culto escrito do Brasil, complementos sem preposição. As colunas de autocorreção é que insistem, artificialmente, nos usos preposicionados.

6. *Considerações finais*

A sugestão de um trabalho crítico acerca do que vêm propondo as colunas de autocorreção gramatical corrobora a nossa tese inicial de que as noções de certo e errado em língua portuguesa são fomentadas também por veículos de comunicação que têm a capacidade de preconizar certos usos para seus leitores.

Um trabalho desta natureza pode contribuir para as seguintes discussões: i) as colunas de autocorreção manifestam um interesse cultural e coletivo, em que se evidencia a busca por um português padrão “segurado” pelos jornais; ii) o conteúdo de regência verbal veiculado por estes jornais afasta-se nitidamente de um português culto escrito contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2011.

BAGNO, Marcos. Comandos paragramaticais: o purismo linguístico nos meios de comunicação. In: AZEREDO, José Carlos de. *Letras e comunicação: uma parceria no ensino de língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BECHARA, Evanildo. A missão dos consultórios gramaticais. In: BECHARA, Evanildo et al. *Na ponta da língua*, vol. 5. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

CONFORTE, André Nemi. *A crítica da autocrítica: uma análise da autocorreção linguística do jornal O Globo à luz do conceito de Norma Padrão*. Projeto de pesquisa. UERJ, 2016.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FOLHA de São Paulo. *Manual da redação*. 20. ed. São Paulo: Publifolha, 2015.

MARTINS, Eduardo (Org.). *Manual de redação e estilo*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1990.

PEREIRA, Ana Dilma de Almeida et al. Regência verbal. In: BORTONIRICARDO, Stella Maris et al. *Por que a escola não ensina gramática assim?* São Paulo: Parábola, 2014.

RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva et al. *Gramática do português volume II*. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. *O ensino da gramática: caminhos e descaminhos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.